Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.WNB-4028/2012**
PROCESSO TC/MS	:	TC/21338/2004
PROTOCOLO	:	807812
ÓRGÃO	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
RESPONSÁVEL	:	ANDRÉ PUCCINELLI
CARGO DO RESPONSÁVEL	:	PREFEITO
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 246/2004
RELATOR	:	CONS. WALDIR NEVES BARBOSA
CONTRATADO (A)	:	RDM – RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS S/C LTDA.
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	CARTA-CONVITE Nº 041/2004
OBJETO DO CONTRATO	:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBRANÇA
VALOR DO CONTRATO	:	R$ 80.764.528,10

Vistos, etc.

Versam os presentes autos sobre a execução financeira do Contrato Administrativo nº 246/2004, conforme o estabelecido no inciso II, do art. 311, do Regimento Interno desta Corte de Contas.

O procedimento licitatório e a formalização contratual foram objeto de exame por esta Corte de Contas, tendo sido aprovados por estarem em conformidade com as disposições legais vigentes, nos termos da Decisão Simples nº 02/0687/2007, de f.2369.

Cumpre salientar que o presente contrato sofreu uma alteração através de termo aditivo, devidamente justificada pelo órgão contratante.

A Unidade Técnica procedeu a análise dos atos praticados nesta fase opinando pela regularidade e legalidade da execução financeira, consoante Análise Conclusiva de f.4732-4744, com fulcro no inciso II, do artigo 311, c.c. a 2ª parte, do inciso I, do artigo 312, da Resolução Normativa TCE/MS nº 057/2006.

O douto Ministério Público de Contas emitiu o parecer de f.4746-4747, pugnando pela legalidade e regularidade dos atos praticados nesta segunda fase.

É o que cabe relatar.

Compulsando os autos, observa-se que foram cumpridas as formalidades no que concerne à execução financeira do contrato, tendo em vista que os atos praticados nesta fase foram emanados de acordo com as normas legais.

Diante do exposto, acolhendo o r. Parecer do Ministério Público de Contas, e, com fundamento no inciso V, do artigo 13, c.c. o inciso II, do artigo 311, e inciso I, segunda parte, do artigo 312, todos da Resolução Normativa TC/MS nº 057/2006, **DECIDO** pela regularidade e legalidade da formalização do termo aditivo, bem como da execução financeira do Contrato Administrativo nº 246/2004, celebrado entre a **Prefeitura Municipal de Campo Grande** e a empresa **RDM – Recuperação de Créditos S/C Ltda.**

É a decisão.

Ao Cartório para as providências regimentais.

Campo Grande-MS, 26 de junho de 2012.

Conselheiro Waldir Neves Barbosa
Relator

ESD/nb